

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**O COMPORTAMENTO ÉTICO DO CONTADOR
COMO PROFISSIONAL E COMO INDIVÍDUO**

CASCIANA MARIA CARNEIRO

FORTALEZA
1999

O COMPORTAMENTO ÉTICO DO CONTADOR COMO
PROFISSIONAL E COMO INDIVÍDUO

ESFEAC

CASCIANA MARIA CARNEIRO

Orientadora: Jeanne Marguerite Molina Moreira

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária e
Contabilidade, para obtenção do grau
de Bacharelado em Ciências Contábeis

ESFEAC

FORTALEZA - CE
1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Casciana Maria Carneiro

Média

Profª. Jeanne Marguerite Molina Moreira
Profª. Orientadora

Nota

Profª. Célia Maria Braga Carneiro
Membro da Banca Examinadora

Nota

Prof. Osório Cavalcante Araújo
Membro da Banca Examinadora

Nota

Monografia aprovada em 28 / 12 / 99

#SFEAC

A Narcélio dos Anjos

Peço perdão a todos por dedicar esta monografia a uma pessoa apenas. Tenho uma desculpa séria: essa pessoa é o melhor amigo que possuo no mundo. Tenho uma outra desculpa: essa pessoa é capaz de compreender tudo que aqui foi dito. Tenho ainda uma terceira: essa pessoa reúne um elevado grau de senso ético. Se todas essas desculpas não bastam, eu dedico então essa monografia ao ser humano maravilhoso que essa pessoa é. Corrijo, portanto, a dedicatória:

A Narcélio dos Anjos
Meu querido esposo

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Policarpo Carneiro e Maria José Carneiro que sempre me incentivaram, torceram e acreditaram no meu sucesso.

À Professora Jeanne Margarite Molina Moreira, pelo incentivo e sugestões dadas para a realização da monografia e por acreditar na minha capacidade de desenvolvê-la.

Aos professores Osório Cavalcante Araújo, Célia Maria Braga Carneiro, pelo tempo despendido para fazer parte da banca examinadora.

Aos meus irmãos e amigos Cleuden Carneiro, Silvelândia Rocha, Luiz Narcélio, Luiz Bernardo, Antônio João Rios, João Ananias, Silvio Barreira e José Claudio Siqueira, que me apoiaram nesta conquista.

Enfim, a todos que de alguma forma me ajudaram a elaborar esta monografia, ficando a certeza do dever cumprido.

SUMÁRIO

RESUMO	
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO I	
1. Noções gerais de ética	03
1.1 Conceito	04
1.2 Objetivo, objeto e função da ética	05
1.3 Campo de atuação	06
1.4 Papel da ética	06
1.5 Ética e valores	07
CAPÍTULO II	
2. Comportamento ético profissional	09
2.1 Ética profissional	11
2.2 Código de ética profissional	15
2.3 Exigências éticas do mundo empresarial	18
CAPÍTULO III	
3. Comportamento ético individual	20
CAPÍTULO IV	
4. Defeitos de comportamento	27
4.1 Sugestões para autocrítica	29
4.2 A educação ética	31
CAPÍTULO V	
5. Estudo de caso	33
5.1 Caso prático	33
5.2 Pontos para discussão	34
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

RESUMO

A palavra Ética vem do grego *ethos* e significa costume, mas é com Aristóteles que ela passa a ser a ciência da moral. Para Aristóteles a Ética existe, sempre, para a busca incessante da felicidade, da virtude, da prudência e da justiça cultivada pelos homens.

A Ética estabelece a retitude que deve ter os atos humanos, tendo por objetivo o estudo do comportamento do homem no meio social, questionando, em qualquer época, os conflitos decorrentes desse comportamento, quando não são absorvidos os valores éticos necessários.

Há vários campos de atuação, formas e tipos de condutas éticas, como por exemplo, na história, na religião, na antropologia, na filosofia, na vida pessoal e na profissão, sendo essa última conduzida pelo código regulador das ações que determinam os modelos de conduta para seus membros. Assim, o Código de Ética busca assegurar padrões de bem-estar entre uma comunidade profissional, sempre adotando medidas para aqueles que violam a ética da profissão.

O comportamento ético individual é a base de sustentação de todo ser humano, e por consequência, de todo profissional, e por esse motivo há uma grande necessidade de aceitação de valores éticos tais como consciência, integridade, persistência, solidariedade, e muitos outros.

Apesar disso, visualiza-se sempre alguns tipos de comportamentos que não são exatamente modelos de virtudes, podendo-se dizer, até mesmo que alguns deles fogem totalmente aos princípios éticos como por exemplo, a deslealdade, a irresponsabilidade, a imprudência, a imperícia, a corrupção, citando-se apenas os mais comuns. Daí surge a idéia de se elaborar um pequeno teste de avaliação pessoal quanto ao aspecto virtuoso, bem como, quanto às limitações próprias a serem sanadas.

A vida em sociedade apresenta muitos problemas, e dentre estes, encontram-se os conflitos de interesses, que acontecem quando a solução de problemas envolve decisões conflitantes, na maioria das vezes, não conciliáveis. Nesse caso, uma das partes sempre será prejudicada quando a decisão é tomada.

Para melhorar a tomada de decisão, quando do conflito de interesse, deve o profissional adotar medidas éticas que beneficiem o maior número de pessoas, para desse modo, ser digno de confiança e admiração por todos que fazem parte do seu convívio.

INTRODUÇÃO

O estudo dos atos humanos relacionados à ética é a base da filosofia da conduta moral, é a pesquisa dos atos dos indivíduos quanto ao caminho certo ou errado. O estudo da ética conduz a uma reflexão dos ideais, e assim, surgem os inevitáveis conflitos de se determinar que tipo de atitude é, ou não, ética, que tipo de modelo social gera divergências entre seus integrantes. Se as pessoas refletirem sobre seus próprios atos, é inegável que haverá conflitos de pensamentos, e a ética surge como meio de se examinar uma forma de conciliar as divergências, propiciando o bem comum.

É evidente que na Contabilidade, assim como em qualquer outra área, existem conflitos e, é por esse motivo que surge a necessidade de o Contador alargar seus horizontes buscando solucionar os vários desafios profissionais que se apresentam, em especial, no que se refere ao seu comportamento.

Em decorrência do que foi exposto o presente trabalho objetiva estudar as questões relacionadas com o comportamento ético do Contador no que se refere a assuntos profissionais e individuais, dado que seria humanamente impossível cultivar uma ética profissional sem que se mantenha uma concepção ética individual bem definida. Além do mais, considera-se ser a ética um tema de grande importância tanto para os profissionais, bem como, para aqueles que, direta ou indiretamente, necessitam de seus valores.

O comportamento ético é de absoluta necessidade para a manutenção de relacionamentos entre os membros que compõem uma sociedade, seja entre amigos, na estrutura familiar, no segmento profissional, religioso, esportivo, jurídico, militar ou qualquer outro.

Na Contabilidade esta necessidade torna-se ainda maior, uma vez que, normalmente está inserida entre os conflitos de seus diversos usuários, seja nos assuntos entre o fisco e o contribuinte, seja entre as empresas e seus empregados, seja entre profissionais ou empresas concorrentes e muitas vezes até mesmo entre sócios.

Assim, é imprescindível que o profissional contábil conduza-se de maneira consistente com a boa reputação de sua profissão e abstenha-se de qualquer conduta que possa trazer descrédito tanto à profissão quanto ao indivíduo que a exerce. //

Partindo dessa visão, fundamenta-se com clareza a decisão de um estudo mais aprofundado a respeito do comportamento ético do profissional em contabilidade, visto que serão destacados os aspectos gerais tanto no campo individual como profissional.

Os elementos referidos ao longo da matéria servem para ressaltar a busca pela relevância da ética e, dessa forma, valorizar o profissional, bem como a categoria na qual este atua.

Para atender os objetivos propostos, todos os assuntos serão aqui abordados de maneira clara e de modo que se possa visualizar a melhor forma de se proceder eticamente bem. Assim, a monografia será dividida em cinco capítulos, obedecendo à seqüência lógica do assunto.

O primeiro capítulo traz informações gerais sobre ética, apresentando o conceito, seu objeto, objetivo, função e campo de atuação. Mostra também, o papel que a ética desempenha na sociedade, além ressaltar a relação entre ética e valores.

O segundo capítulo trata sobre o comportamento ético profissional, abordando pontos tais como, a necessidade de uma profissão, as virtudes profissionais, os problemas éticos que acarretam a crise de valores, além do importante Código de Ética Profissional.

O terceiro capítulo aborda o comportamento ético individual, mostrando os valores básicos inerentes ao indivíduo para que este possa conviver em harmonia consigo mesmo e com a comunidade da qual faz parte.

O quarto capítulo apresenta os defeitos de comportamento que insistem em estar presente em alguns seres humanos, nas sociedades, de um modo geral, salientando-se as desvantagens que isso traz e propondo um pequeno teste para verificação das próprias qualidades e limitações. Este capítulo, analisa, ainda, como os profissionais podem e devem transmitir uma educação ética, principalmente para os mais jovens, visto que estes representam o futuro da nação.

O quinto e último capítulo mostra um estudo de caso no qual se verifica uma situação relacionada com problemas éticos, mais especificamente, com conflitos de interesses, provando que esses sempre estarão envolvidos no cotidiano das pessoas e que deve-se resolvê-los da melhor maneira possível, com o exercício pleno dos valores éticos, propiciando, assim, os benefícios que isso traz.

CAPÍTULO I

1. NOÇÕES GERAIS DE ÉTICA

Antes de se fazer qualquer alusão à ética atual, faz-se necessário uma retrospectiva sobre as teorias éticas, e como ponto de partida é preciso lembrar que, embora a humanidade já exista a muito tempo, o ser humano somente reteve por escrito depoimentos sobre normas de comportamento e teorias nos últimos milênios. Assim, é extremamente difícil dizer, por exemplo, como se comportavam eticamente os homens das cavernas ou, que tipos de normas políticas vigoravam na pré-história, há mais de 30 mil anos.

No entanto, quanto às grandes teorizações, há documentos importantíssimos pelo menos desde os gregos antigos, entre os anos 500 e 300 a.C., aproximadamente, onde verifica-se o período áureo do pensamento grego, tendo-se como responsáveis não somente, mas principalmente Sócrates, Platão e Aristóteles.

Para Sócrates, o verdadeiro objeto do conhecimento é a alma humana. A verdade vive oculta no espírito humano. Diluindo os próprios erros, é possível a cada ser descobri-la.

Segundo a Ética Socrática, a bondade é resultado do saber. Para alguém ser feliz é necessário ser bom e para ser bom é preciso ser sábio. O conhecimento do bem determina a prática da virtude. Assim, a maldade é produto da ignorância.

Platão tinha a idéia de conferir à teoria da conduta uma base inquebrantável. A moral somente poderia se fundamentar se os objetivos do conhecimento fossem incorruptíveis e imutáveis. As idéias, por não ocuparem lugar no espaço e no tempo, revestem esses atributos.

O processo do conhecimento pode recorrer a intuição sensitiva. Assim, como a contemplação do retrato de um objeto evoca a imagem retratada, para Platão, conhecer é apenas recordar o que já se sabe.

Para Aristóteles, a finalidade da ética é descobrir o bem absoluto, ou seja, a felicidade. Desse modo a ética está no exercício, firme e constante, da virtude. Não basta um ato virtuoso de quando em quando. A virtude é a atualização do que lhe é próprio.

Em suma, para os gregos, o ideal ético poderia estar na idéia do bem moral, ou poderia estar na felicidade, entendida como uma vida virtuosa e bem ordenada, ou ainda poderia estar no viver de acordo com a natureza, ou seja, em harmonia cósmica.

Aproximadamente entre os séculos XV e XVIII, com o Renascimento e o Iluminismo, há o crescimento da burguesia impondo-se cada vez mais em busca de uma hegemonia, acentuando assim que o ideal ético seria viver de acordo com a própria liberdade pessoal.

Segundo Valls (1994), para Kant, que foi o grande pensador da burguesia e do Iluminismo, o critério da moralidade passa pelo homem racional, autônomo, autodeterminado, aquele que age segundo a razão e a liberdade.

A idéia de autonomia é de grande importância no pensamento Kantiano, pois para ele, somente reveste valor ético a conduta autônoma, fruto da vontade do agente.

Já no século XX verifica-se que o grande mérito de Kant foi ter colocado a consciência moral do indivíduo no centro de toda a preocupação moral, uma vez que, o dever ético apela sempre para o indivíduo, embora este nunca possa viver sozinho no mundo.

Muitos outros pensadores, cada qual a seu tempo, manifestaram-se sobre o assunto, com as mais variadas teorias, no entanto, o que pode-se afirmar acertadamente é que a ética está relacionada à pessoa e ao livre-arbítrio, ou seja, a pessoa, como ser individual, sempre terá o direito de escolha.

A questão atual é entender que o homem deve agir individualmente, isto é, agir moralmente, buscando uma sociedade justa, honesta, equilibrada e acima de tudo pacífica.

1.1 CONCEITO

Para bem entender o comportamento ético, cumpre antes conhecer esse ramo da filosofia que lida com o que é moralmente certo ou errado, bem ou mal, adequado ou não e que popularmente chama-se ética.

A ética tem sido, e ainda é, um dos temas mais debatidos oralmente e por escrito, desde que o homem atingiu os primeiros estágios da civilização. Ela se prende ao problema do bem e do mal que somente o homem em toda a criação é capaz de perceber e sobre o qual influem poderosamente, além da liberdade intrínseca do ser humano, as condições e circunstâncias de sua evolução.

Tradicionalmente a ética é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e até mesmo teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Podendo ser a ética, também, a própria realização de um tipo de comportamento.

Etimologicamente a palavra ética vem do grego *ethos*, com significado semelhante à palavra latina *mores*, ambas significando hábitos e costumes. Ética seria então uma reflexão teórica que analisa e critica ou legitima os fundamentos e princípios que regem um determinado sistema moral. Tendo assim, dimensão prática. É essa dimensão prática que permite o questionamento sobre as atividades, regras e ações humanas.

A natureza da ética é baseada no pensamento filosófico da moralidade. Desse modo, a ética representa a tomada de posição em diferentes situações em que se esteja envolvido.

Para Lisboa (1996), é significado de ética tudo que diz respeito aos princípios de conduta que norteiam um indivíduo ou um grupo de indivíduos. Assim, os hábitos e costumes dentro dos quais se foi criado exercem influência sobre o ser humano mas ao refletir-se melhor tem-se a capacidade e o poder de agir de acordo com o que se considera correto.

A ética se fundamenta num ponto de vista universal, o que não quer dizer que um juízo ético individual deva ser universalmente aplicável. As circunstâncias alteram as causas; uma mesma ação, em circunstâncias diferentes, pode acarretar conseqüências opostas, e são estas que realmente possuem importância.

É de grande valia que a ética seja desvinculada de um sistema de normas breves, que nem sempre se aplicam às complexidades da vida, para que assim possa orientar a prática de decisões, favorecendo ao máximo possível os envolvidos.

Na definição de Ferreira (1986), ética é: “estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto”.

1.2 OBJETIVO, OBJETO E FUNÇÃO DA ÉTICA

Toda e qualquer ciência para ser reconhecida como tal, necessita ter um conjunto de conhecimentos específicos, científicos, racionais e objetivos, com técnicas e métodos próprios. Verifica-se isto através do estudo do objetivo, objeto e função que ela possui.

Partindo da ética como ciência, “seu objetivo é composto de juízos formados pela aprovação ou não de condutas humanas” – A. Lopes de Sá (1996).

Como as condutas humanas são assumidas em virtude de uma consciência, tudo que tiver relação com a mente de um indivíduo e que influenciar na hora de tomar decisões, interessa ao estudo da ética.

O fundamento da ética é a busca do bem, e o bem está ligado aos costumes, que por sua vez se alteram de acordo com o local, a época e as tradições de um povo.

Assim, em cada cultura, a ética aparece como uma reunião de estruturas e um conjunto de ideais de comportamento, que se ligam a um ideal do ser humano.

Na realidade, a ética vislumbra o que há de melhor para o indivíduo, mas esse melhor é relativo, variando de indivíduo para indivíduo, de sociedade para sociedade, permitindo que

cada indivíduo e cada sociedade eleja os valores que considera necessários para uma melhoria de relacionamentos.

Verifica-se então, que a ética tem por objeto o comportamento do indivíduo no interior da sociedade da qual faz parte e constitui o seu objetivo o estudo desse comportamento com a finalidade de determinar os níveis aceitáveis que garantem a harmonia e um relacionamento pacífico dentro das sociedades e entre elas.

Pode-se afirmar ainda que a ética tem como importante função o estudo do comportamento humano visando a boa convivência entre os indivíduos, convivência essa sempre baseada em boas condutas, de acordo com os usos e costumes aceitos como válidos.

1.3 CAMPO DE ATUAÇÃO

O campo de atuação da ética é bastante vasto em virtude de este ser um tema de fundamental importância, visto que, nenhuma sociedade, quaisquer que sejam suas características, pode cumprir com sucesso sua finalidade sem o suporte da ética.

Como exemplo pode-se citar algumas áreas onde se faz extremamente necessária a presença de um padrão de comportamento que atenda aos anseios da humanidade, tais como:

Na **sociedade**, onde a ética estuda as mudanças das pessoas, as mudanças de hábitos e a modificação no modo de agir;

Na **religião**, onde há a justificação de valores e crenças;

Na **história**, onde há a narração de momentos vividos pelas nações;

Na **antropologia**, onde há o estudo do ser de forma individual;

Na **filosofia**, onde são estudadas as normas de conduta.

Em suma, a ética atua em diversos ambientes, seja na profissão, na escola, no matrimônio, na religião, na saúde, no lazer, no relacionamento entre amigos e até mesmo quando se tratar de estranhos a ética deve sempre estar presente.

1.4 PAPEL DA ÉTICA

Dizer que o homem vive em sociedade significa dizer que o homem está unido a outros homens e o ato dessa ligação implica em que ele tem de estabelecer regras de convivência, regras de conduta.

A partir daí, começa a haver sentido em se discutir o papel da ética.

Na sua melhor forma, a ética proporciona bem estar para a maior parte da população. Ela procura preencher as necessidades humanas enquanto oferece às pessoas a chance de progredir na vida através do trabalho e do conhecimento.

A ética permite a liberdade de escolha e o respeito de diferenças individuais. Ela ajuda a minimizar antagonismos sociais e reduz a necessidade de regulamentos e interferências.

A ética questiona problemas práticos, que se apresentam nas relações efetivas, reais entre indivíduos ou quando se julgam certas decisões e ações dos mesmos. Esses problemas não trarão conseqüências apenas para quem tenta solucioná-lo, mas também outras pessoas (um indivíduo, um grupo social, uma comunidade inteira) serão afetadas por sua decisão e ação.

Como princípio de conduta de indivíduos em favor da sociedade, a ética passa por discussões sobre as diferentes concepções éticas, em vários meios sociais, em diversas épocas.

Existem conflitos de ponto de vista e convicções entre as sociedades, que tornam esse relativismo ético causador de incoerências. O que é ético em uma sociedade pode ser eticamente errado em outra? Tais dificuldades acabam por apoiar o subjetivismo ético, para dessa forma, potencializar o seu universalismo.

Enfim, o papel da ética é questionar, em qualquer época ou lugar, os conflitos decorrentes do relacionamento dos homens dentro da sociedade, conflitos esses que têm por base as crenças e valores de cada pessoa.

1.5 ÉTICA E VALORES



É comum estabelecer uma conexão entre ética e valores. A referência a valores veio de certo modo ampliar a temática da ética, principalmente com a descoberta de que a noção de valor abrange vários conceitos dos quais sempre se falou: o bem e o mal, o belo e o feio, o verdadeiro e o falso.

Saldanha (1998), em sua obra, levanta a questão de que as sugestões contidas na teoria dos valores acaba por desaguar na filosofia política. Isso pode ser explicado porque a política tem um conceito bastante amplo, a qual envolve valores de forma geral, principalmente quando estes valores se referem à convivência entre os indivíduos. Portanto, a resultante da conexão entre a politicidade e os valores de uma sociedade constituíra a formação do comportamento existente nesta.

Dentre os diversos valores que norteiam a convivência de uma sociedade, a justiça revela-se como valor social fundamental na ética de um grupo social. Logo, nas relações

éticas da vida humana depara-se com a justiça, visto que, em todo sistema ético existe um ideal de justiça, em torno do qual residem valores éticos.

A justiça é um conceito condicionado pela história, mudando seu contexto em função do lugar e do tempo e, conseqüentemente mudando o comportamento ético de um grupo humano.

Uma vez que se levanta a questão da justiça vem em conjunto a idéia de poder. A idéia da justiça surgiu em face do conteúdo dos atos de poder, em seus diferentes níveis.

Na antigüidade, o poder estava ligado à figura do Rei, autoridade máxima de uma nação. Hoje, definir poder envolve muitos conceitos e linhas de pensamento influenciados pelo capitalismo vigente e essa mudança do atributo do valor social poderá influenciar diferentemente os ideais comportamentais.

Sem dúvida a problemática dos valores leva ao problema da bondade e da maldade, que apesar de ser representações genéricas, suas expressões e especificações são variáveis culturais.

Assim, os valores são criações do próprio homem, que ao mesmo tempo vêm determinar seu comportamento e fundamentar seus estudos da ética.

CAPÍTULO II

2. COMPORTAMENTO ÉTICO PROFISSIONAL

No decorrer deste trabalho, ao se mencionar a palavra profissão entenda-se por sua definição “Atividade ou ocupação especializada, e que supõe determinado preparo”.- Ferreira (1986).

A profissão do homem é o seu trabalho cotidiano, seu meio de sobrevivência e é também a forma pela qual o homem exerce uma participação ativa na comunidade em que convive. A profissão, portanto, faz parte da vida humana, dignificando o profissional que a exerce.

No entanto, exercer uma profissão exige manter um conjunto de variáveis básicas que permitam o preparo e a especialização necessários para que a profissão possa produzir benefícios a quem pratica e a quem recebe o fruto do trabalho realizado.

Assim, dentre essas variáveis básicas destacam-se a vocação, o conhecimento especializado e o decoro profissional.

• VOCAÇÃO

Aqui, entenda-se por vocação a predisposição natural da pessoa para um determinado ofício, arte ou atividade (incluindo nesse contexto, a profissão).

Juridicamente, a vocação pode ser entendida também como substituição às palavras convocação, chamamento ou intimação, para que seja a pessoa presente a certo ato ou venha a participar.

Independentemente do ângulo que se analise o conceito de vocação observa-se que esta deve ser sempre a base para a escolha da profissão a ser seguida, uma vez que, escolhida a futura profissão espera-se o máximo de dedicação e conhecimento por parte do profissional, e para isso é necessário que se goste do trabalho a ser realizado. Do contrário, a tarefa poderá vir a ser altamente desgastante e porque não dizer até mesmo frustrante.

Em suma, para exercer uma profissão é necessário que se tenha vocação, pois somente assim pode-se desempenhar com habilidade, perspicácia e competência as atribuições específicas exigidas para o alcance da perfeição profissional, de forma prazerosa.

• CONHECIMENTO ESPECIALIZADO

Cada profissão utiliza um conjunto de técnicas que determinam o modo de agir profissional e a caracterizam pelo seu conteúdo e abrangência, como área de conhecimento e ação. Assim, para o exercício da profissão se faz necessário o conhecimento dessas técnicas com um maior grau de especialização nas áreas específicas de atuação. Nota-se também a necessidade de uma constante busca pela valorização profissional que, obviamente, passa pela qualidade dos serviços que se presta. Afinal quem há de valorizar o profissional senão os usuários de seus serviços?

O mercado de trabalho é implacável. Especialmente depois da abertura econômica e da revolução tecnológica. Muitas funções foram extintas e o número de vagas disponíveis, nas variadas profissões, encolheu a olhos vistos, deixando claro que só existe lugar para os profissionais realmente bem preparados. Diante de um mercado altamente competitivo e de concorrentes cada vez mais numerosos e agressivos, manter-se com conhecimento atualizado é uma questão de sobrevivência profissional.

A profissionalização impõe ao homem mais disciplina, e um processo de conhecimento especializado torna-se obrigatório para dar suporte aos desafios que o meio exige do profissional.

O conhecimento é uma das qualidades mais necessárias dentre as qualidades humanas essenciais ao sucesso do profissional. Assim, o profissional precisa possuir muitas qualidades, mas o conhecimento é o ponto de partida. Nada atrairá confiança e respeito mais rapidamente do que um conhecimento e capacidade demonstrados.

Vale lembrar que, atualmente, a grande arma para o sucesso profissional é, a informação, ou seja, o conhecimento, obviamente, utilizado dentro da ética.

• DECORO PROFISSIONAL

A palavra decoro vem do latim, *decuru*, apresentando diversos significados tais como : compostura, dignidade, nobreza, correção moral e o principal deles, respeito aos outros e a si mesmo.

Pode-se dizer então que a expressão decoro profissional quer dizer compostura no exercício da profissão.

Ter decoro é uma virtude nata, intrínseca do ser, mas que deve ser aprimorada ao longo do tempo através da absolvição de conceitos no decorrer da vida.

O decoro profissional é como o amor: não se pode comprar, não se pode decretar, não se pode propor. O decoro profissional só se pode viver e construir. Por isso ninguém pode dar decoro a um profissional, ou mesmo a qualquer indivíduo.

O decoro não é uma ciência, nem uma religião; o decoro é uma forma de ser. Em outras palavras, o decoro é uma forma de ética, uma vez que, a ética é a capacidade de criar e escolher um modo de viver, que consiste em fazer possível a vida digna para si e para todos.

2.1 ÉTICA PROFISSIONAL

Nesse momento, vale a pergunta: O que vem a ser, realmente, a Ética Profissional?

Segundo a legislação da profissão Contábil, através da Resolução CFC n.º 803-96, de 10 de outubro de 1996, em seu artigo primeiro, ao indicar o objetivo do Código de Ética Profissional do Contabilista diz que Ética Profissional é “a forma pela qual se devem conduzir os contabilistas, quando no exercício profissional.”

Em outras palavras, pode-se dizer que ética profissional é o conjunto de princípios que regem a conduta funcional de uma determinada classe ou profissão.

A Contadora Tania da Silva, em seu artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade (1998, p.78) afirma que:

“Para atender aos requisitos da ética profissional, o desempenho da atividade deve pautar-se por diversificada quantidade de virtudes, tais como: honestidade, caráter, personalidade, imparcialidade, equilíbrio emocional, independência e autonomia funcional, e, principalmente, obediência irrestrita e incondicional aos princípios da ética e da moral.”

Com base nessa afirmação, pode-se dizer que, a ética profissional possibilita aos membros de uma categoria profissional, o auto conhecimento e propicia melhores condições de participação consciente na sociedade em que vive.

É determinante para a profissão contábil, como instrumento útil à sociedade e ao seu desenvolvimento, que o Contador possua plena consciência do seu papel decisivo de fornecer informações financeiras e tributárias de forma oportuna, transparente e segura. A principal preocupação profissional deve transpor as obrigações com os clientes, e figurar,

principalmente, no dever com o bem estar da sociedade, tendo em vista suas responsabilidades como cidadão. Assim, o exercício da cidadania deve representar um fundamento da informação contábil, inclusive determinando a credibilidade desta.

A importância do profissional da área contábil na sociedade é proporcional à conscientização dos cidadãos de que as informações elaboradas e fornecidas pelos profissionais são fidedignas e úteis aos seus interesses de maior justiça social.

Para Lisboa (1996), o conhecimento das demonstrações contábeis das empresas, a sua transparência e o questionamento em nome da sociedade são atos legítimos da cidadania.

O Contador no exercício de sua profissão, assim como todos os demais profissionais, deve agir de acordo com as normas éticas, impondo limites, além de manter o equilíbrio necessário para a vida em sociedade, visto que, frequentemente, a Contabilidade passa por dilemas éticos que exigem do profissional conhecimento dos seus direitos, deveres, justiça, responsabilidades, consciência e vocação.

O profissionalismo, como a palavra permite interpretar, consiste na maneira íntegra e honesta de exercer a profissão. Ao agir de modo profissional, o Contador não precisa ter medo de errar, e se o fizer será mais fácil apresentar defesa, uma vez que, no decorrer da vida profissional podem surgir distorções comportamentais que são verdadeiros problemas éticos e, entre estes estão aqueles envolvidos com a crise de valores tais como a imperícia, a negligência, a fraude e a corrupção.

• IMPERÍCIA

BSFEA

A imperícia pode ser entendida como qualquer ato ou atitude tomada por um profissional, que seja praticada quando este é inábil ou incompetente para a realização desta incumbência.

A imperícia decorre da incompetência profissional.

No cotidiano depara-se com inúmeras ocorrências que são caracterizadas como sendo imperícia.

Na Contabilidade, pode-se dar como exemplo o caso em que um profissional que seja técnico em contabilidade e que elabore um laudo sobre os acontecimentos que compõem um litígio, ou seja, exerça uma função de perito, quando, na realidade, não tem conhecimento suficiente para tal procedimento.

Dessa forma estará, o profissional, agindo com imperícia.

O profissional Contador não deve aceitar realizar um trabalho que não venha a ter competência para tal, devendo recusar-se, reconhecendo e comunicando ao cliente qualquer limitação profissional no exercício da função.

Para evitar a imperícia o Contador deve manter um nível adequado de competência profissional, aperfeiçoando-se através de treinamentos constantes.

Com o treinamento, o profissional reduz a imperícia e aumenta a sua produtividade.

• NEGLIGÊNCIA

Esse conceito pode ser entendido como atitude ou ato cometido por um profissional resultante de descuido ou displicência por parte do mesmo. Resulta da falta de atenção da pessoa que desempenha determinada tarefa.

Na Contabilidade, pode-se exemplificar com um caso em que um profissional de Contabilidade, por esquecimento, atrase o recolhimento dos impostos devidos ao fisco por parte do seu cliente.

Assim, estará o profissional, sendo negligente.

• FRAUDE

Por fraude entende-se que seja um ato ou atitude de caráter ilícito executado por um profissional que venha a alterar ou falsificar documentos visando o beneficiamento próprio ou de outrem. Geralmente, a fraude está ligada à corrupção.

No âmbito da Contabilidade, um modo de se constatar uma fraude é, por exemplo, quando ocorre um desfalque.

Um tipo de desfalque pode ser resumido em uma situação rotineira da empresa, quando o profissional de contabilidade é responsável pelo recebimento de vendas à prazo e pelo preparo dos registros contábeis das vendas. Poderá ocorrer de o profissional desviar um recebimento e registrar as vendas do mês correspondente, deduzidas do valor retirado. Agindo assim, estará o profissional, fraudando à empresa.

• CORRUPÇÃO

A corrupção vem a ser entendida como sendo atos ou atitudes praticados por um profissional em função de seu cargo para se valer de interesses próprios ou de outros.

Pode-se dizer que a corrupção envolve vários crimes, tais como suborno, extorsão, tráfico de influência, desvios de fundos que, aliás, não deixa de ser um tipo de fraude. Talvez por esse motivo, o profissional que adota um procedimento corrupto, seja o mais execrado pela sociedade.

Para resolver os dilemas éticos em que estão expostos na vida profissional, o Contador deve apresentar alto padrão de conduta, mantendo sigilo, agindo com competência e integridade. Além de zelar pela legitimidade e sigilo das informações, o Contador, sempre que oportuno, deve propor soluções alternativas que protejam o cliente, à medida que, essas não contrariem os princípios éticos.

A crise de valores se torna visível quando uma nova situação se apresenta e a sua solução exige decisões que conflitam com a formação moral do profissional. Quando isto ocorre, o contador deve buscar agir com bom senso e comprometimento com a sociedade.

Pela própria natureza da profissão contábil, os contadores estão obrigados a relatar sempre a verdade e resistir às propostas de comportamento anti-ético, que, por ventura, venham a surgir. O conhecimento público de desonestidades e fraudes executadas por contadores é extremamente desconcertante à classe. Um clima de desconfiança pública aparece e forma uma corrente negativa sobre a profissão.

Um exemplo que pode aqui ser citado, e que teve repercussão nacional, é o caso da Contadora Maria Helena Cella, ocorrido em 1997. A referida Contadora foi exonerada do cargo de Diretora do Departamento de Contabilidade da Prefeitura de São Paulo, após ter sido comprovado seu envolvimento e participação na emissão e negociação de Títulos Públicos. Um golpe milionário que lesou os cofres públicos em pelo menos R\$ 600.000.000,00 (Seiscentos Milhões de Reais). Uma verdadeira vergonha nacional, que acaba por denegrir a imagem de toda a categoria.

A ética profissional deve estabelecer regras práticas de conduta, que vetem esse tipo de comportamento. Mas não somente na profissão contábil e sim em todas as profissões, pois todas possuem função social e devem seguir uma orientação. A partir de deveres específicos, a profissão segue tornando o indivíduo socialmente útil. A profissão atribui um título, dignifica e preserva a atuação da pessoa na sociedade. Na Contabilidade, cabe ao Contador a responsabilidade de preservar a imagem da profissão, adotando uma postura consciente, e

tentando reduzir as idéias referentes à manipulação de dados e informações, que servem apenas para manchar toda a classe. Para isso, seria interessante uma posição comportamental compacta por parte dos Contadores e das entidades envolvidas, com o objetivo de estabelecer uma campanha que provoque avanços na qualidade e na credibilidade da categoria.

Na atuação prática da Contabilidade, o profissional deve conhecer de maneira profunda os Princípios Fundamentais de Contabilidade vigentes no país, o sistema tributário corrente, a atividade da empresa e suas correlações com o mercado além das expectativas dos usuários do seu trabalho. Todos esses conhecimentos devem ser aplicados de forma adequada e consciente, salientando que o comportamento ético pode ser decisivo ao sucesso ou fracasso de um carreira profissional.

A ética está presente em toda sociedade, porém em determinadas profissões, ocorrem situações em que a ética é afrontada com mais freqüência. Na área financeira, onde se localiza a Contabilidade, é evidente que o profissional é exigido constantemente de atuar, protegendo os valores morais. Porém, além das possibilidades normais de quebrar as regras do cotidiano, existem as possibilidades específicas, oriundas da especialização. Assim, caso o Contador venha a quebrar as regras profissionais, estará sujeito a assumir os riscos das penalidades previstas pelo Código de Ética, além de estar sujeito ao Código Penal.

2.2 CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

Toda e qualquer categoria profissional organizada não pode prescindir de um conjunto de regras que normatize o comportamento de seus participantes. Tal conjunto de regras terá sua extensão determinada em função do tamanho e da natureza da própria categoria, assim como dos níveis de relacionamentos nela existente.

A este conjunto de regras profissionais dar-se o nome de Código de Ética Profissional, que tem por objetivo formar uma consciência profissional sobre os padrões de conduta.

É com o intuito de orientar os indivíduos na conduta profissional que surgem as normas de ética e os códigos de ética profissional de cada categoria, e que irão nortear todas as pessoas inseridas neste contexto, conscientizando-as de seus direitos, deveres e obrigações, bem como as proibições, com as devidas penalidades.

Lisboa (1996, p. 58), afirma que:

“Um código de ética pode ser entendido como uma relação das práticas de comportamento que se espera

sejam observadas no exercício da profissão. As normas do código de ética visam ao bem-estar da sociedade, de forma a assegurar a lisura de procedimentos de seus membros dentro e fora da instituição.”

Na Contabilidade, como não poderia deixar de ser, vigora o Código de Ética Profissional do Contabilista, aprovado e emitido por quem de direito, o Conselho Federal de Contabilidade.

O Código de Ética Profissional do Contabilista refere-se sempre aos contabilistas na condição de pessoas, fixando as formas pelas quais devem conduzir-se quando em exercício profissional. Coerente, aliás, com a própria estrutura profissional, sempre centrada nas pessoas, fiel à premissa de que a Profissão Contábil é de natureza liberal, na sua essência, fundada em prerrogativas e direitos pessoais. Vislumbra assim, o Código, a existência de uma relação direta entre o Contabilista e o cliente, os colegas de profissão e a sociedade em geral.

Ver-se então que o Código de Ética Profissional do Contabilista, além de servir ao interesse público é de fundamental importância aos profissionais, individualmente em seu trabalho, contribuindo com seu próprio bem-estar, ao assegurar a dignidade e o respeito que são essenciais a todo ser humano.

Pode-se ainda afirmar que além de servir como guia, o Código de Ética Profissional do Contabilista torna possível deixar claro os propósitos da profissão do Contador, quais sejam: Cumprir as regras sociais, servir com lealdade e diligência, além de respeitar a si mesma como profissão.

É o horizonte ético que dá sentido a uma profissão, e uma das formas de uma categoria profissional explicitar seu horizonte ético é através de seu Código de Ética. Nele se define seu projeto de futuro, suas escolhas.

Assim, quanto mais tiver sido participativo o processo de sua elaboração, mais estas escolhas refletirão a vontade de todos e serão por todos compartilhadas.

É válido lembrar que toda categoria profissional reflete sempre um conjunto de emoções, crenças e comportamentos dos diversos atores que dela fazem parte ou que com ela se relacionam, aqui considerados: profissionais, clientes e a sociedade em geral. Assim, o Código de Ética trata não de controlar o comportamento dos profissionais de maneira predeterminada, mas de influenciá-los a agirem de forma compatível com os objetivos da categoria. Idealmente, o objetivo do código é promover uma identidade entre os objetivos dos

membros da categoria (indivíduos, assim como grupos) e os objetivos da sociedade como um todo.

Para satisfazer aos seus objetivos, o Código de Ética exige do profissional que a realização dos serviços contábeis seja conduzida em consonância com as virtudes básicas profissionais, quais sejam: zelo, diligência, honestidade e sigilo.

• ZELO

A palavra zelo suporta vários entendimentos tais como afeição, dedicação, cuidado, pontualidade e presteza em qualquer trabalho a ser realizado. Dessa forma, todo trabalho deverá ser realizado com zelo, buscando-se sempre a perfeição, embora esta, muitas vezes, seja de difícil alcance.

Ocorre que, quando alguém procura um profissional e entrega-lhe uma tarefa a executar, esse alguém, além de entregar-lhe a tarefa, estará também depositando, no profissional, a confiança de que o trabalho será realizado com bastante zelo, do início ao fim de sua execução.

Cabe ao profissional, portanto, esforçar-se para ser merecedor da confiança depositada. Além disso, é pela qualidade do trabalho que se verifica a qualidade do profissional.

• DILIGÊNCIA

Entende-se que diligência é o cuidado ativo e a boa aplicação do que se tem conhecimento em uma determinada atividade , portanto, diligente é todo aquele profissional que é ativo, aplicado, zeloso.

O profissional de Contabilidade, sempre que aceitar um trabalho, de qualquer cliente, deve aliar ao mesmo a qualidade com que terá a eficiência do trabalho a realizar. Uma análise do trabalho deverá ser realizada periodicamente.

Todo a execução deve ser avaliada e reavaliada antes da conclusão do trabalho.

Observa-se, aqui, que diligência e zelo têm significados semelhantes, sendo ambas qualidades oportunas na execução de qualquer atividade.

• HONESTIDADE

Dentre todas as qualidades que se espera fazer parte do cotidiano de um profissional destaca-se a honestidade, como um pilar do qual decorre todo o resto.

A honestidade tomada no seu duplo sentido: pessoal e profissional, é um requisito primário para o exercício da profissão. Sem a sua prática o profissional não inspira confiança, visto que, é a honestidade do profissional que garante ao cliente que o trabalho será realizado da melhor forma possível, preservando o sigilo necessário das informações sob seu cuidado, permitindo assim, um melhor nível de desempenho profissional.

Portanto, a prática da honestidade é de extremo valor tanto para o profissional que a pratica quanto para o cliente que a espera e que também deverá praticá-la. A honestidade, de ambos os lados, é a base da confiança nas relações profissionais.

• SIGILO

Dentre os fatores que são necessários para um adequado e bom relacionamento profissional encontra-se o sigilo.

Ao exercer as suas atividades, o profissional da área contábil toma conhecimento de dados e informações confidenciais referentes aos clientes. Este, por sua vez, deposita um alto grau de confiança no profissional que julga ser merecedor de tal confiança.

É importante ressaltar que não há necessidade de o cliente pedir sigilo, sobre determinado assunto, ao profissional. É dever de cada um usar o bom senso e saber resguardar o que tem conhecimento.

De acordo com Lopes de Sá (1996, p. 165):

“Nem tudo é objeto de sigilo: mas preferível será sempre que o profissional se reserve quanto a tudo o que sabe e que lhe é revelado pelo cliente ou que ele veio a saber por força da execução do trabalho.”

Com sigilo evita-se que se exponham fatos e documentos, preservando os segredos profissionais inerentes aos clientes. Portanto, para o profissional contábil, o sigilo é uma característica básica, exigida pelo Código.

A exigência do Código corresponde à obrigação do profissional, ou seja, corresponde ao dever desse profissional, que por sua vez, é um direito do cliente.

Observa-se que o direito é a contrapartida do dever. É tudo que uma pessoa pode exigir de outra dentro dos limites dos próprios deveres e do direito dos outros.

O entendimento entre o direito e o dever que acompanha a atividade profissional é o que se chama de responsabilidade, instrumento indispensável a qualquer comportamento ético.⁴¹

2.3. EXIGÊNCIAS ÉTICAS DO MUNDO EMPRESARIAL

Além das exigências do Código de Ética, existem, como é do conhecimento de todos, as exigências do mundo empresarial.

As novas tendências mundiais envolvem aspectos que interferem no contexto empresarial e conseqüentemente, interferem no comportamento dos Contadores.

Fala-se muito em globalização, defesa do meio ambiente, contabilidade social, ética empresarial, entre outros assuntos. Tudo isso contribui para que as empresas necessitem de informações verdadeiras e úteis para que assim possam tomar decisões corretas. É nesse novo cenário que o Contador entra como um grande aliado dos empresários, sendo peça fundamental no mundo dos negócios.

Os empresários, estão, cada vez mais, buscando profissionais competentes e que estejam dispostos a se comprometer com o desenvolvimento da empresa.

No entanto, ainda existem profissionais medíocres, que fazem qualquer negócio para “ganhar o empresário”, e muitas vezes se submetem a receber “propinas” e sonegar impostos. Certamente esse tipo de profissional não proporciona o crescimento da empresa, visto que, os clientes esperam que as empresas sejam corretas, ou seja, os clientes esperam que as empresas cumpram com a obrigatoriedade de pagamento dos impostos, proporcionando o bem estar dos funcionários, ajudando as instituições filantrópicas e acima de tudo, propiciando o bem estar social da comunidade.

Ao observar que a empresa contraria os seus anseios, os clientes acabam por condená-la ao fracasso, visto que é o cliente o grande juiz que irá julgar os procedimentos adotados pela empresa, e, em última análise, irá julgar o comportamento do profissional de contabilidade.

Como conseqüência natural, o bom empresário, ao contratar um Contador procura neste qualidades como competência, honestidade, profissionalismo, ou seja, procura um profissional que gere informações úteis e verídicas, para que se possa tomar as melhores decisões, acarretando assim, o crescimento e o desenvolvimento da empresa.

CAPÍTULO III

3. COMPORTAMENTO ÉTICO-INDIVIDUAL

A necessidade de analisar tudo que o comportamento humano implica, é tão importante como a necessidade de viver em sociedade. Seja qual for a época ou o regime em vigor, do mais liberal ao mais coletivista, - que deixa um mínimo de liberdade à vontade humana, - o comportamento ético se apresenta como uma das exigências inseparáveis de todo indivíduo.

O comportamento humano é baseado na hipótese teórica de um ajustamento perfeito, em que o indivíduo, satisfazendo os impulsos dos instintos, logra obter integral aprovação de sua consciência e da sociedade.

A capacidade de reflexão exerce papel importante para formação da consciência. Refletir é um ato psicológico e moral que deve ser feito antes de cada decisão. O juiz interno individual deve ser consultado, e deve utilizar de ponderação assegurando resoluções firmes e corretas. A capacidade de pensar nos interesses de outras pessoas envolvidas no processo decisório é de enorme importância para os relacionamentos pessoais e para beneficiar o meio, ou seja, a sociedade.

Uma das qualidades mais esperadas de um profissional da Contabilidade é a honestidade. Exige-se que ele seja fiel à verdade em sua atividade. O Contador deve educar a própria personalidade, de modo a condicionar seu comportamento ao conteúdo da lei. O trabalho de se adquirir uma consciência ética, deve ser direcionado basicamente, a quatro fatores:

- Acreditar em valores;
- Ter capacidade de refletir;
- Ser capaz de fazer escolhas;
- Possuir senso de comunidade.

Se há uma determinação inabalável comandando o comportamento humana é que seres humanos, por sua própria natureza, estão compelidos a ter de fazer escolhas e tomar decisões. Assim como não se pode deixar de respirar e continuar vivo, não se pode deixar de fazer escolhas e tomar decisões.

Algumas das decisões tomadas são tão corriqueiras e banais, que, às vezes, se quer dar-se conta de que aciona-se a vontade para a sua execução. Outras decisões são precedidas

de breves reflexões, por meio das quais seleciona-se rapidamente a que parece ser a melhor alternativa. Outras ainda somente são tomadas após longas e penosas considerações, em que procede-se a uma criteriosa avaliação dos prós e contras, vislumbrando cenários possíveis e esforçando-se para fazer previsões de prováveis conseqüências.

Pondo de lado as tomadas de decisões decorrentes de mero automatismo e mantendo a atenção sobre as que envolvem um mínimo de reflexão, pode-se afirmar que todas estas últimas pressupõem formulações de juízos isolados ou conectados no âmago de raciocínios. Um juízo é um ato de pensamento em que formula-se descrições ou avaliação de determinados estados de coisas.

Pode-se formular juízos e não tomar quaisquer decisões, não entanto, não se pode tomar qualquer decisão, envolvendo um mínimo de reflexão, sem que se tenha formulado um juízo.

O ato de escolher pressupõe condições internas e externas. De um lado, não se pode deixar de levar em consideração a atuação da vontade livre, a formulação de juízos e tomadas de decisões. De outro, não se pode desconsiderar tampouco a disponibilidade de um leque de alternativas.

Desse modo, não se pode dizer que uma escolha foi realizada por alguém, se esse alguém não mobilizou sua vontade e não empregou suas capacidades de julgar e decidir, de um lado, e se não contou com a disponibilidade de ao menos duas opções de outro.

Mas não é somente isso; o ato de julgar sempre pressupõe a existência de crenças e valores.

Entende-se por crença uma predisposição para a ação, uma predisposição para agir e reagir, adotando condutas e dando respostas a estimulações de diferentes tipos. Assim, como não se pode deixar de formular juízos, acionar a vontade e tomar decisões, não se pode tampouco deixar de ter crenças e de desempenhar condutas, atuando sob valores e crenças.

Conceber o ser humano sem tais atribuições específicas é algo tão absurdo, como concebê-lo sem as capacidades de julgar e de decidir, de acalantar sentimentos, anseios, expectativas, e de experimentar frustrações e satisfações.

Cabe dizer que, todo indivíduo humano tem “sua ética” por não poder deixar de ter valores. Resta saber se a ética pessoal pode adquirir legitimação como a Ética Universal (válida para todos os indivíduos humanos por poder ser legitimada à luz da razão comum a todos os indivíduos humanos).

Desse modo, verifica-se que o estudo da ética pessoal envolve todo o comportamento humano analisando os valores que se encontram embutidos neste.

Para Lisboa (1996), a crença de uma pessoa em valores, ocorre por assimilação de hábitos culturais ou formas de procedimentos julgados adequados a seu modo de vida.

Todavia, o ser humano, como cidadão, deve acreditar em valores intangíveis, de significado moral e deixá-lo guiar por eles.

Dentre esses valores necessários a todo cidadão, destacam-se a consciência, a solidariedade, a integridade, a naturalidade, a persistência, o senso de justiça, o tato, o ego e o humor.

- **CONSCIÊNCIA**

É a parte da estrutura humana que recolhe as lições aprendidas pela experiência e pela cultura, encerrando a faculdade de discernir entre o certo e o errado, entre o bem e o mal. Começa a ser desenvolvida na primeira infância, do que decorre forte influência do ambiente familiar. Prossegue na idade escolar, através da associação com as outras crianças e da influência do professor. As crenças, com seu conteúdo teológico ou simplesmente moralístico, deixam sua marca na formação da consciência.

Devido a sua cultura peculiar, cada povo adquire uma série de hábitos que serão o lastro de seu procedimento. Assim por exemplo, um técnico em contabilidade não deve iludir ou tentar iludir a boa fé de terceiros ou mesmo de clientes qualificando-se como contador, quando, na realidade, a sua verdadeira qualificação é de técnico em contabilidade.

De tudo isto (ambiente familiar e escolar, religião e cultura) resulta que o homem, em certo estágio de seu desenvolvimento, consciente ou inconscientemente, adquire uma filosofia de vida, ou um código de ética, destinados a constituir um “sistema de idéias gerais usado por ele para justificar e criticar as condições fundamentais sob que ele vive”.

- **SOLIDARIEDADE**

O sentido genérico da palavra solidariedade é de dependência mútua entre os homens. Sentimento que leva os homens a ajudarem-se mutuamente. Dependência recíproca entre as pessoas.

A intenção de toda a formação da sociedade, da convivência social e da própria lei humana é de produzir a amizade entre os homens, a solidariedade.

No caso específico da sociedade profissional, a solidariedade deve fazer parte do cotidiano daqueles que a compõem, propiciando a cooperação de todos, seguido pelo importante e essencial princípio do bem comum.

O homem não tem necessidade de sociedade e de seus semelhantes, somente para garantir sua subsistência material, mas ainda para ter seu bem estar moral. Daí a grande necessidade da solidariedade.

Em última análise, a solidariedade é a aplicação de dois postulados éticos fundamentais, aceitáveis pelos homens de todas as civilizações: o respeito ativo a toda pessoa humana, e a instauração do bem comum, ou seja, a satisfação das necessidades coletivas.

• INTEGRIDADE

Compreende-se por integridade como a resultante de alguns fatores, entre os quais salientam-se: a honestidade, a lealdade, o senso de justiça e do dever, e a coragem moral. Com efeito o profissional desonesto, dissimulado, que age em termos de favoritismo e ou que não dá o exemplo no cumprimento do dever não merece a classificação de íntegro. Ao passo que sendo honesto, leal justo e modelar, será um padrão de integridade. Mas para manter essa integridade, contra as injunções que normalmente conspiram em seu desfavor, o profissional, terá por vezes de se socorrer de forte dose de energia moral, ou fracassará, comprometendo sua reputação.

A honestidade é um requisito primário para o exercício da profissão; tanto quanto a lealdade. Sem elas o profissional não inspira confiança. É verdade, e muito triste, que por vezes a sociedade se deixa empolgar por indivíduos em quem reconhecendo, embora, a falta de escrúpulo e dignidade, admira a triste habilidade de enganar os semelhantes. Pode alguém ser festejado e granjear reputação de “inteligente” em vez de desonesto, enquanto estiver iludindo outros, porém jamais inspirará a confiança, que é a base da aceitação da pessoa, quando chegar a vez de tê-lo como profissional.

A integridade, no sentido de lealdade à categoria profissional, à causa e ao que é direito, tem-na o homem que não tira qualquer vantagem, ganho, prazer, ou segurança pessoal, tirando partido da situação e às custas da categoria.

Essa quebra de critério de valor moral é, realmente, curiosa. Revela em última análise o egoísmo mais brutal dos homens que se comprazem com o sofrimento alheio, mas não desejariam nem de longe passar pelos mesmos dissabores.

A integridade, para ser realmente eficaz, deve ser praticada em três direções – para cima, para baixo e para os lados.

• NATURALIDADE

Natural é a pessoa que se mostra como é, em verdade. Não dissimula. Não é afetado, nem arrogante. E também não se excede na intimidade que pode oferecer aos seus clientes. A afetação e a arrogância que caracterizam o profissional “prosa” provocam repulsa e aborrecimento. A interação é prejudicada, os amigos ficam de “espírito prevenido”, e tendem pura e simplesmente a hostilizar o profissional. O indivíduo “gabola”, que se exalta na jactância, é um feticista do “ego”. Se não cai em descrédito, porque tem valor, ofende a modéstia natural dos outros, estimulando a criação de um ambiente de antipatia em torno de si. Em consequência ninguém se sente à vontade, o mal-estar é generalizado, e dia a dia a presença, o contato da pessoa se torna gradativamente mais penoso. Porque insincero, porque utiliza a lhanza como um meio e não um fim, logo se lhe perde o respeito e admiração.

Nada é mais bonito em um homem que atinge posições elevadas, do que se referir com natural orgulho e sem constrangimento à sua origem, quando modesta.

• PERSISTÊNCIA

A persistência é o segredo de muitas vitórias, a mola dos grandes inventos e descobrimentos que modificam o mundo em seus valores básicos. Crer-se que seja, até certo ponto, uma decorrência da energia moral. Cabe-lhe a realização de feitos obtidos contra toda a expectativa generalizada de pessimismo. O profissional não tem, contudo, o direito de ser obstinado. Persistir numa decisão que é, provadamente, desastrosa não quer dizer tenacidade, mas incapacidade de reconhecer o erro. Por isso mesmo, deve-se aliar à persistência a flexibilidade necessária à rápida modificação de planos e decisões, tão pronto se torne imperioso fazê-lo.

A persistência, no seu justo termo, é marca inconfundível de um profissional e se revela, sobretudo, nos momentos dramáticos em que o profissionalismo é posto brutalmente à prova.

- **SENSO DE JUSTIÇA**

O senso de justiça é elemento capital para o profissionalismo. Ser justo é julgar com pleno conhecimento de causa, isenção de ânimo e equidade. E se o profissional fracassa nessa missão, ter-se-á comprometido de modo irremissível. Dificilmente o homem perdoa ou esquece um julgamento que reputa indevido e injusto. Irrita-se profundamente, e despreza o profissional que se mostra parcial, alimentando favoritismos.

A equidade, como qualidade profissional, inclui imparcialidade. Mas a imparcialidade não basta, porque o profissional pode ser imparcial num tratamento injusto para com várias pessoas. É preciso, portanto, que a justiça do tratamento dado a determinada pessoa seja seguida de equidade, extensão desse tratamento a todos.



- **TATO**

Eis aqui uma qualidade que aparece, com frequência, nos chamados profissionais naturais. Aquilo a que se convencionou denominar “conhecimento intuitivo da Psicologia” não é outra coisa senão o tato, ou seja, a maneira de lidar com outras pessoas sem lhes ferir as suscetibilidades. O profissional o revela mesmo nas ações mais caracteristicamente banais ou de rotina. Evitando ser arrogante, embora sem quebra de sua dignidade, encontrando um meio de estimular outra pessoa na execução de uma tarefa, o profissional que dispõe de tato obtém a mais franca e eficiente colaboração.

Não se diga que o homem nasce com tato ou jamais o possui. É uma afirmação fantasiosa, sem qualquer apoio que a legitime. Ao contrário, pode provar-se que é falsa. O tato que se confunde com o respeito pela personalidade alheia, é tão mais importante quando se inclui entre as qualidades que, de fato, são suscetíveis de cultivo e aperfeiçoamento por parte do profissional. Basta que este se disponha a encarar com maior profundidade de entendimento os objetivos do grupo e alicerce suas atividades numa base de igual para igual.

- **EGO**

O ego é o campo de aplicação de duas resultantes: a libido e a filosofia de vida. Compreende a vaidade (prazer de saber o que os outros pensam de si) e a presunção (prazer em pensar bem de si mesmo). Os elementos constitutivos do ego são os responsáveis da

verdadeira luta pela consideração, que o homem desenvolve em sociedade. Egoísmo, egocentrismo etc., não passam de palavras significando a enorme preocupação que as pessoas têm de se distinguir umas das outras. Há um conflito entre os impulsos dos instintos e as influências inibidoras ou modificadoras da consciência, e o ego é justamente o campo desse conflito.

É ainda pelo ego que o homem mantém contato com o meio ambiente, no qual exercerá o seu comportamento. Além das ações reflexas, dos impulsos instintivos, dos conflitos emocionais, o homem dispõe da consciência e luta por obter a aprovação de seus atos na sociedade.

- **HUMOR**

O bom humor, que muitos consideram filho da inteligência, é grande auxiliar da convivência humana. A sua falta é positivamente um sinal de descontentamento, a que todo profissional atento sabe dar o devido valor. O bom humor predispõe bem o espírito para os duros encargos da vida profissional. Desde que aplicado aos fatos e não às pessoas, serve de elemento regularizador de certas situações cuja tensão, de outro modo, acabariam por se tornar insuportáveis.

Pode-se dizer que o humor é a sabedoria que diz haver limites para a seriedade.

CAPÍTULO IV

4. DEFEITOS DE COMPORTAMENTO

O que há de mais trágico na sociedade atual, talvez não seja a existência de comportamentos defeituosos, e sim a naturalidade com que todos convivem com esta realidade.

Há alguns anos, Caetano Veloso já cantava: “ Enquanto os homens exercem seus poderes,/ viver e matar de raiva, de fome ou de sede,/ são tantas vezes,/ gestos naturais.”

Essa é uma das maiores barreiras à conscientização ética: o “ costume com a ruindade”, com a ausência de ética, o sentimento de que sempre foi assim, que outros já tentaram.

Romper com esse sentimento se faz necessário mas exige que cada um assuma o destino e a construção da ordem ética. Aceitar que cada um, individualmente, cria, com as próprias ações e omissões, a valorização ética.

A atitude de conformismo e de não indignação somente será rompida quando cada um assumir o seu lugar enquanto cidadãos, construtores de valores éticos. Por isso as informações e os argumentos de compartilhamento do imaginário, têm que ser dirigidos às pessoas enquanto cidadãos, pessoas físicas, solidárias na construção da realidade.

Os sentimentos a serem despertados, com certeza, serão de natureza ética e cidadã.

A covardia é a falha que torna impossível a profissionalização. Normalmente o covarde apresenta, como decorrência, três “pecados mortais” impeditivos da profissionalização:

- a deslealdade;
- a irresponsabilidade;
- a incapacidade de agir.

Seria ocioso insistir na análise de características tão evidentes, por si, quanto ao mal que fazem a qualquer profissionalização. Provocam a desconfiança, o desprezo e a malquerença de todos. E isto anula todos os atributos que, porventura, o profissional possua. Daí porque se denomina “pecados mortais”, a sugerir que outras, a despeito de sua inconveniência, não têm o caráter de comprometimento total da profissionalização. Fica-se, assim, com o desdobramento delas em falhas que incapacitam irremediavelmente a profissionalização (os “ pecados mortais”) e aquelas que lhe são danosas (os “pecados veniais”).

A irresolução ou a inconstância, eis aí duas poderosas inimigas do profissional. São verdadeiramente desastrosas. Uma pelo mal-estar que gera, alimentando processos prejudiciais ao andamento do serviço. A outra, pela profunda irritação que advém da falta de continuidade num trabalho, somado ao sentimento de melancolia pela compreensão da inutilidade dos esforços.

A incapacidade profissional acarreta a insegurança do profissional. Desnecessário afirmar que, neste caso, o profissional perde o respeito e a credibilidade, uma vez que, espera-se que o profissional seja o mais capacitado possível.

Às vezes, quando o profissional é vaidoso ou invejoso, a certeza da própria incapacidade o aflige tanto que o desespera. Então, e é o pior que pode acontecer, procura encobri-la simulando que as tarefas são realmente suas, ou adotando soluções opostas àquelas que outros profissionais lhe aconselham. Num caso ou noutro, outras pessoas sofrerão as conseqüências dessa incompetência, que é a certeza do fracasso do profissional.

A desonestidade afasta o profissional de sua classe, de seus amigos e de seus clientes, porque desconfiarão dele, ou o terão na conta de um indivíduo desprezível, e como tal indigno do exercício profissional. O desonesto não pode ser íntegro, não pode servir-se de seus exemplos a não ser para incentivar condutas erradas.

Muitos pensam que a desonestidade, habilmente escondida por um talento aplicado ao erro, é perdoada e tolerada, no entanto, há um equívoco de apreciação.

A injustiça é outra mancha na formação do profissional, capaz de anular, por si só, qualidades como a honestidade e a capacidade, que tanto impressionam. E isto, pela simples razão de que o indivíduo injusto torna insuportável a convivência com os demais. E se não pode conviver, como poderá exercer uma profissão dignamente?

Resumindo pode-se dizer que são sete os “pecados mortais” do profissionalismo:

- a deslealdade;
- a irresponsabilidade;
- a ausência de energia moral;
- a irresolução ou inconstância;
- a incapacidade profissional;
- a desonestidade;
- a falta de senso de justiça.

Os demais defeitos, ou destes decorrem direta ou indiretamente, ou são predisponente e não causais, do mau profissional. Assim entre estes (os “pecados veniais”) aponta-se:

- vaidade;
- egoísmo;
- imprudência;
- arrogância;
- falta de cultura geral;
- falta de tato.

4.1 SUGESTÕES PARA AUTOCRÍTICA

Aqui, não se tem a ilusão de relacionar todos os passos que uma pessoa deve seguir para manter um bom comportamento ético profissional e individual, no entanto, são sugeridas algumas interrogações que se deve realizar periodicamente com o intuito de conhecer as limitações de cada um, salientando as falhas de sua formação e buscando-se, assim, uma correção nas deficiências, com a conseqüente melhora de comportamento:

1. CAPACIDADE PROFISSIONAL:

- Conhece bem a profissão?
- Procura aperfeiçoar-se estudando, lendo e pesquisando?
- Mantém interesse nos meios e modos pelos quais pode melhorar o trabalho da categoria?
- Chega ao fim de todos os trabalhos a realizar, a despeito dos obstáculos encontrados?
- Evita excessos que possam prejudicar a qualidade dos trabalhos a realizar?

BSFEAC

2. ENTUSIASMO:

- É bem humorado e otimista?
- Conhece o trabalho e a ele se dedica com todo interesse?
- Esforça-se por conhecer a razão de ser de certas tarefas aparentemente descabíveis?
- Reserva uma parte do dia para deixar a mente livre das preocupações profissionais?

3. INICIATIVA:

- Aceita todos os encargos e responsabilidades inerentes à profissão?
- Verifica, com freqüência, a capacidade de agir por iniciativa própria?
- Reflete sobre os problemas previsíveis?
- Toma medidas acertadas nos momentos oportunos?

4.SENSO DE JULGAMENTO:

- Ao tomar decisões:
- Reúne todos os elementos?
- Estuda as soluções possíveis?
- Pesa-as convenientemente?
- Examina os resultados prováveis?
- Prevê as conseqüências?
- Aproveita a experiência de outros avaliando o acerto das decisões próprias?

5.SENTIMENTO DE JUSTIÇA:

- É imparcial na apreciação de transgressões ou erros cometidos?
- Evita o favoritismo entre os clientes?
- É imparcial?

6.TATO:

- Procura avaliar a prática e a experiência no exercício das atividades?
- Procura estudar os assuntos que não conhece bem?
- Quando não sabe, procura informar-se ?

7.SENTIMENTO DO DEVER:

- Tem aprimorado bem o hábito de opinar honestamente?
- Tem a necessária disciplina intelectual para cumprir com honestidade as tarefas incumbidas por terceiros.?
- Conduz-se de modo a merecer a confiança de terceiros?
- Esforça-se por corrigir as próprias deficiências?
- Dedica atenção ao trabalho a ser realizado?
- Estar sempre pronto a defender aqueles que agem eticamente?

Ao finalizar a leitura dos itens anteriores torna-se notório que trata-se de um questionário que tem valor apenas experimental. Porém, é interessante que cada um responda conscientemente e com rigor, lembrando-se que é o juiz das próprias qualidades. Verificando, ainda, se as possui em grau bastante elevado para ser considerado um bom e ético profissional e aproveitando os resultados para o seu alto - aperfeiçoamento.

É oportuno repetir que cada ser humano é um ser distinto dos demais e quando se trata de consciência ética essa distinção torna-se ainda mais visível. Portanto, nada melhor do que cada pessoa conhecer-se a si próprio, pois somente assim terá melhores condições de avaliar o seu comportamento seja profissional ou pessoal.

4.2. A EDUCAÇÃO ÉTICA

SFEAC

Quando se busca encontrar formas mais sadias de convivência, busca-se a conscientização ética e para encontrá-la é necessário educar, mas educar para a cidadania, ou seja, educar para construir uma nação. Tal necessidade de educação ética apresenta-se mais claramente entre os jovens, uma vez que, estes representam o futuro.

Mas como introduzir princípios de moral na cabeça de pessoas aparentemente ausentes ou rebeldes? Ao contrário do que se pensa, o comportamento anti-ético de alguns jovens não resulta de ausência de preocupações com o certo e o errado, mas de conflitos entre comportamentos observados no mundo que os cerca. Os jovens não são amorais ou imorais, mas chocados com as contradições que, muitas vezes, presenciam. Então, trata-se de abrir espaço para cultivar a preocupação ética, não plantá-la.

Sabe-se que não se aprende civismo em lições de civismo, mas na observância de comportamentos onde se pratica justiça, tolerância, equidade e generosidade. As pessoas aprendem pelo que se pratica muito mais que pelos sermões que possam ouvir. E é por isso que o ensino deve ser realizado através de exemplos.

Se, por exemplo, alguém trata uma pessoa rica de forma diferente da que trata uma pessoa pobre, falece o ensinamento da equidade. Da mesma forma, se costuma atrazar-se em compromissos, a lição de pontualidade vai na direção oposta.

Mas os ensinamentos vão além dos bons exemplos. O sermão não funciona, mas existem outras práticas que dão certo, como por exemplo, a leitura de livros e artigos em que há implicações morais fortes e que tem muito impacto sobre as pessoas, de um modo geral. A boa literatura está repleta de julgamentos morais e situações conflituosas, de onde pode-se vislumbrar e discutir suas implicações. Essa situação é válida para qualquer sociedade e para todos os seus seguimentos.

No caso específico do Contador, quando assume a missão de professor e, portanto, educador, observa-se a mesma situação, como pode-se perceber nas palavras de Lisboa (1996, p.84):

“Compete ao profissional professor, além de ensinar a ética, agir em qualquer situação, perante seus alunos, de maneira ética. Muitas situações podem surgir no dia-a-dia de uma classe de aula, nas quais um comportamento ético precisa ser assumido e mostrado como exemplo”.

É importante ressaltar que, embora ainda tenha-se muito a caminhar até encontrar-se a convivência ideal entre os seres, a educação ética e a busca de valores começam a acontecer de forma fascinante, deixando evidente a todos que o vazio moral incomoda.

CAPÍTULO V

5. ESTUDO DE CASO

5.1. CASO PRÁTICO

O caso aqui apresentado se passa em uma indústria de médio porte, que fabrica eletrodomésticos denominada Eletromarca. Todos os nomes aqui mencionados são fictícios.

Tem como personagens:

- I. Manuel Soares, contador da empresa Eletromarca.
- II. Pedro Soares, filho de Manuel Soares.
- III. Maria da Conceição Brás, logista, amiga de Manuel.
- IV. Antônio Cláudio Cavalcante, diretor financeiro da empresa Eletromarca.

Manuel Soares tem 54 (cinquenta e quatro) anos de idade e trabalha na empresa Eletromarca a 26 (vinte e seis) anos e pretende aposentar-se ao final do exercício em questão. Seu filho, Pedro Soares, estuda em escola pública e está por terminar o primeiro grau. Pedro deseja cursar o segundo grau em uma escola particular, por achar que assim terá melhores condições de disputar uma vaga para a universidade. Manuel concorda com a permuta, mas está preocupado com as mensalidades do colégio do filho. Teme não poder pagá-las em virtude do seu salário estar defasado.

O diretor financeiro da empresa, Antônio Cláudio Cavalcante, a quem Manuel se reporta, encontra-se de licença, por motivo de saúde e Manuel é quem está tomando as decisões de cunho financeiro da empresa.

No meio a esse contexto, Manuel recebe uma visita de Maria da Conceição Brás, uma amiga de infância. Maria da Conceição deseja comprar uma alta quantidade de eletrodomésticos, a um prazo de 90 (noventa) dias, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para revenda na véspera do Natal, apesar de ainda não ser cliente da empresa.

A princípio, Manuel vê com simpatia a idéia da venda, pois trata-se de uma pessoa amiga. No entanto, sabe, também, que seu diretor não vende a esse prazo para pessoas que não são clientes a algum tempo e que não tenham um histórico registrado. Antônio Cláudio Cavalcante, o diretor financeiro da empresa, costuma sempre calcular, com detalhes, o risco de cada transação em virtude de a empresa, num passado recente, ter sofrido grandes prejuízos com operações de vendas à prazo, chegando até mesmo a comprometer a sua

liquidez e estar necessitando de crédito junto a terceiros, exatamente por realizar essas vendas à prazo, a pessoas com as quais, até então, não mantinha relações comerciais

Apesar disso, Manuel, sem maiores preocupações, resolveu proceder à transação, pois precisava ainda realizar muitas vendas, para desse modo, atingir o total orçado pela empresa, elevando as Receitas da mesma e assim, assegurar as comissões de que tanto necessitava.

5.2. PONTOS A DISCUSSÃO

• DO PONTO DE VISTA DO CONTADOR

O que ocorre na empresa Eletromarca é que há um conflito de interesses envolvendo a decisão de realizar uma venda, que propiciará uma elevação de Receitas e uma conseqüente elevação das comissões, a qual, no caso, o Contador tem direito, e os interesses da empresa de não correr maiores riscos com as vendas à prazo e assim, garantir a sua liquidez.

Sabe-se que à luz da ética a decisão do Contador de realizar a venda não foi a forma mais adequada de procedimento. A grande questão é se o Contador Manuel, apesar de necessitar da comissão a que tem direito deve realizar a venda, mesmo sabendo que isso vai contra os interesses da empresa.

Para Manuel a realização da venda é essencial pois, dessa forma, irá conseguir um adicional referente à comissão, que será de grande ajuda para arcar com as futuras mensalidades do colégio do filho, Pedro Soares. Sabe, ele que ao vender estará ajudando uma pessoa amiga, sabe também, que a atitude de vender ou não depende somente de sua decisão. Além disso, se caso algo der errado e a cliente não conseguir saldar a dívida ele já não mais estará trabalhando na empresa e, portanto, não receberá punições por seu procedimento.

Por outro lado, sabe o Contador que esse tipo de comportamento é absolutamente antecético e que não é essa a atitude que o dono da empresa espera que seja tomada, e que agindo desse modo estará faltando com a honestidade e desmerecendo a confiança depositada e o respeito adquirido durante muitos anos de profissionalismo.

Agindo assim, o Contador estará infringindo diretamente o artigo segundo, inciso primeiro do Código de Ética Profissional do Contabilista que enuncia:

“Art. 2º - São deveres do contabilista:

I – exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses

de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais”.

A posição ética mais correta é a de que o Contador jamais deve adotar procedimentos que venham a prejudicar a quem quer que seja, sob o risco de comprometer a sua credibilidade, bem como de toda a sua categoria profissional.



- **DO PONTO DE VISTA DA EMPRESA**

A atividade empresarial se desenvolve tendo em vista a obtenção de recursos para manter e continuar seu empreendimento.

Com o intuito de operar plenamente, as empresas procuram manter seus compromissos em dia, assumindo-os com a responsabilidade de liquidá-los na data de vencimento.

A importância do disposto no parágrafo acima, advém da necessidade das empresas receberem as dívidas assumidas pelos clientes, para que dessa forma possam honrar seus compromissos e manterem crédito junto a terceiros, dos quais depende parte de sua capacidade de operacionalização.

Dessa forma 2 (dois) objetivos se tornam bem definidos numa empresa: liquidez e lucro. A liquidez vem a ser o cumprimento rigoroso das obrigações do estabelecimento nas datas previamente determinadas. Para tanto, é necessário um controle no fluxo de entrada e saídas e fazer conhecer com antecedência quando irá faltar numerário.

Essa é uma das grandes preocupações da administração financeira, a qual incumbe a função de manter a liquidez da empresa e dar à mesma crédito nas negociações com fornecedores e instituições financeira e assim garantir também o atendimento das necessidades dos clientes.

O Lucro é o retorno do Capital investido. É obtido quando da confrontação de Receitas e Despesas. Vale ressaltar que o resultado poderá ser Lucro ou Prejuízo. Fala-se em lucro, em virtude deste ser um dos propósitos da empresa. Quando menciona-se Lucro, considera-se que este é sinônimo de rentabilidade. Uma empresa com alto grau de rentabilidade significa que tem um excedente de Receita de venda em relação às Despesas.

Para que ocorra o que anteriormente foi mencionado, deverá haver uma grande expectativa de venda e por isso surge a necessidade de cumprimento do orçamento de vendas.

O auferimento de Lucro é um dos objetivos do departamento comercial da empresa, que deve ser cauteloso também quando do estabelecimento de condições de pagamento para

clientes, cuidando para que essa finalidade precípua de lucro não acabe comprometendo a liquidez da empresa.

Para um melhor desempenho deve a empresa adotar procedimentos de controle interno, segregando as funções com a finalidade de prevenir riscos promovidos, no caso, por conflitos de interesses. //

CONCLUSÃO

“ O objetivo da presente monografia não foi, é claro, oferecer uma “receita” para produzir bons profissionais. Nela procura-se, isso sim, discutir os tipos de comportamentos que melhor se enquadram nos padrões éticos.

A ética, em geral, envolve muita polêmica e sempre preocupou a humanidade. É um campo vasto, gerando discussões entre filósofos e pesquisadores que dedicam parte de seu tempo a estudá-la.

O estudo da ética ajuda a enfrentar os problemas comportamentais que afligem a humanidade, como a irresponsabilidade, a deslealdade, a injustiça, a desonestidade, a corrupção, a fraude, a imperícia, a negligência, a incapacidade profissional, enfim, a ausência de energia moral.

Ética, na sua essência de conduta, é um assunto de difícil discussão, sobre o qual se pode, ou não, chegar a qualquer conclusão, isso porque o local e o tempo determinam as condutas das ações. Percebe-se que ética, moral, conduta, pudor, estão intimamente ligados aos costumes da sociedade em que vivem as pessoas. Não há como ditar normas de ética a uma sociedade, se esta ética não é aceita como um princípio ativo da própria conduta social. E mais, não servem as normas impostas pelos outros, somente servem as normas criadas pelo grupo social da própria comunidade.

Percebe-se desse modo que a ética sempre esteve presente em todos os grupos sociais, e mesmo assim, continua a estar em evidência. Ela passa por transformações, mas estas decorrem apenas das mutações que sofrem os valores, de acordo com o grau de desenvolvimento da humanidade. //

• Nas sociedades profissionais, assim como em todas as outras, nada é diferente, visto que, sendo a ética inerente à vida humana, sua importância é bastante visível na vida profissional. Assim, cada profissional tem responsabilidades a cumprir que envolvem outras pessoas, tornando os valores éticos indispensáveis ao comportamento de cada um. Valores tais como honestidade, solidariedade, integridade, naturalidade, persistência, senso de justiça, zelo, diligência, capacidade profissional, tato, bom humor, enfim, senso de comunidade e capacidade de reflexão.

“ Todo profissional tem direitos, deveres e obrigações a cumprir e para regulá-los surge a necessidade de se criar um Código de Ética Profissional que, antes de tudo, indica os valores que devem ser cultivados por todos que fazem parte da categoria. //

Assim, percebe-se que, para toda atividade, a conduta da pessoa somente é aceita como ilibada, respeitada, admirada, ou até mesmo, venerada, se ocorrer que o Código de Ética tenha o respaldo dos profissionais da comunidade e o amparo dos usos e costumes da sociedade profissional.

A conduta individual, coletiva ou profissional deve sempre ser digna de aplausos e elogios, apesar disso, sabe-se que o campo de atuação da profissão contábil é repleto de situações que põem em prova a estrutura ética do profissional, seja no exercício de suas funções básicas, ou no seu inter-relacionamento com outros profissionais.

Existem casos onde o Contador envolve-se em negociações ilícitas, cedendo a irregularidades e assim deixa marcas em toda a classe profissional. Entretanto, não se deve esquecer que é dada a opção ao profissional de recusar qualquer proposta ilícita. O Contador deve manter sua ética e trabalhar dentro da legalidade, independentemente das “tentações” que venham a surgir.

A ética é ainda indispensável a todo ser humano, porque na ação humana, o “fazer” e o “agir” estão intimamente ligados. O primeiro diz respeito à competência, à eficiência que toda pessoa deve possuir para exercer uma atividade. O segundo se refere à conduta da pessoa no desempenho da atividade.

Conclui-se, portanto, que deve-se sempre procurar agir eticamente, vislumbrando o melhor caminho a percorrer e buscando a própria identidade.

Nosce te ipsum – conhece-te a ti próprio, eis a tradução latina de inscrição existente no templo de Delphos, proclamada por Sócrates, com o aval de Platão, afirmando ser esse um dever fundamental do homem. Sabedoria, pois, milenar e que não deve ser ignorada por qualquer indivíduo. Menos ainda, por aqueles que se preparam para dispor da confiança de seus semelhantes, para exercer a sua profissão: a Contabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- \ BRASIL. Resolução CFC n.803, de 10 de outubro de 1996. Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, p. 24417, 20 nov. 1996. Seção 1.
- CARVALHO, Maria de Fátima Saraiva. **Ética Profissional do Contador Comentada**, 1997. Monografia (Graduação) – Faculdade de Economia Administração Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1997.
- KOLIVER, Olívio. O Futuro da Classe e as Questões Éticas Irresolvidas, Notadamente diante da Expansão do Exercício Profissional em Regime de Empresa. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XXIV – Nº 96, p.42, novembro/dezembro, 1995.
- LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARCELO, Viviane Maria Sousa. **Noções Elementares de Ética**, 1998. Monografia (Graduação) – Faculdade de Economia Administração Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1997.
- MENDES, Maria Érika. **Ética em Contabilidade**, 1998. Monografia (Graduação) – Faculdade de Economia Administração Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1998.
- TANIA, Moura da Silva. Os Princípios Éticos e a Ética Profissional. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XXVII – Nº 113, p.77, setembro/outubro, 1998.
- \ SÁ, Antonio Lopes de. **Ética Profissional**. São Paulo: Atlas, 1996.
- SALDANHA, Nelson. **Ética e História**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- TEIXEIRA, Nelson Gomes. **A Ética no Mundo da Empresa**. 2º ed. São Paulo: Pioneira, 1998. (Coleção Novos Umbrais).
- VALLS, Álvaro L. M. **O Que é Ética**. 11º ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos).